

# **COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

## **REQUERIMENTO (do Sr. VANDER LOUBET)**

Requer realização de audiência pública para discutir os riscos que o compartilhamento de pessoal no setor elétrico, em discussão na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pode trazer aos trabalhadores, para a qualidade dos serviços de energia, para os consumidores e sociedade em geral.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos. 255 e seguintes, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para discutir os riscos que o compartilhamento de pessoal no setor elétrico, ora em discussão na Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, pode trazer para aos trabalhadores, para a qualidade dos serviços de energia, e para os consumidores e sociedade em geral. Ante a gravidade desses riscos convém realizar essa audiência pública, a fim de debater tais questões, com as presenças de representantes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Comércio de Energia no Estado do Mato Grosso do Sul – SINERGIA-MS, do Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo – SINERGIA SP CUT, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo - FTIUESP, do Sindicato dos Eletricitários de Campinas - STIEEC, do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC, do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, bem como do Exmo. Sr. Ministro do TST Maurício Godinho Delgado.

## **Justificativa**

O compartilhamento de pessoal o setor elétrico, além de não ter previsão legal em nosso ordenamento jurídico, pode trazer uma série de riscos, em especial para os trabalhadores, acarretando inclusive na precarização da relação de trabalho.

Isso sem contar a importância de se manter uma prestação de serviço adequada ao consumidor, que com o compartilhamento pode ser afetada, pois quem poderá garantir que haverá de fato um compromisso com os serviços realizados por e para todas as empresas?

Deste modo, para que esta Câmara dos Deputados possa aprofundar o debate já iniciado na agência reguladora, necessária a realização de audiência pública sobre o assunto.

É neste sentido que requeremos a realização da referida Audiência Pública, contando com o apoio de nossos nobres pares.

Sala da Comissão, 08 de maio de 2014.

**VANDER LOUBET**  
DEPUTADO FEDERAL  
PT/MS